
Luz de Belém SPE S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Luz de Belém SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luz de Belém SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luz de Belém SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota 7 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Luz de Belém SPE S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Luz de Belém SPE S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 11 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

EXERCÍCIO 2022

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		10.072	174	Circulante		19.315	181
Caixa e equivalentes de caixa	3	35	24	Fornecedores	13	5.765	7
Contas a receber de clientes	4	8.717	-	Passivo de arrendamento	12	12.344	154
Ativos destinados à aplic. concessões e serviços		306	-	Salários e encargos sociais a pagar		216	20
Impostos a recuperar	5	940	39	Encargos tributários a pagar	14	989	-
Adiantamentos a fornecedores		11	20	Demais contas a pagar		1	-
Outros créditos		63	91				
Não circulante		79.961	47.925	Não circulante		23.742	694
Ativo de contrato de concessão	6	885	-	Passivo de arrendamento	12	23.672	694
Partes relacionadas	7	34.937	43.536	Provisão para contingências	15	70	-
Outros ativos não circulantes	8	33	3.597				
Imobilizado		258	27	Patrimônio líquido		46.976	47.224
Intangível	10	3.524	-	Capital social	16.1	48.211	48.211
Direito de Uso	11	40.324	765	Prejuízos acumulados	16.3	(1.235)	(987)
Total do ativo		90.033	48.099	Total do passivo e patrimônio líquido		90.033	48.099

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	17	18.156	-
Custos dos serviços prestados	18	(15.470)	(221)
Lucro (prejuízo) bruto		2.686	(221)
Receitas (despesas) operacionais		(2.165)	(880)
Despesas gerais e administrativas	19	(2.037)	(880)
Despesas comerciais		(35)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(93)	-
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		521	(1.101)
Resultado financeiro		(769)	114
Despesas financeiras	20	(770)	(49)
Receitas financeiras	20	1	163
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(248)	(987)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		(248)	(987)
Lucro (prejuízo) por ação - Reais	21	(0,0051)	(0,0205)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(248)	(987)
Total dos resultados abrangentes	<u>(248)</u>	<u>(987)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 25 de fevereiro de 2021	-	-	-
Integralização de capital	48.211	-	48.211
Prejuízo do exercício	-	(987)	(987)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>48.211</u>	<u>(987)</u>	<u>47.224</u>
Prejuízo do exercício	-	(248)	(248)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>48.211</u>	<u>(1.235)</u>	<u>46.976</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do período		(248)	(987)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais			
Depreciação e amortização		1.440	87
Provisão para contingências		70	-
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil		845	47
Impostos diferidos		(3.196)	-
(Aumento)/redução nos ativos			
Adiantamentos e demais contas a receber		(6.653)	(3.708)
Ativos destinados a aplicação na concessão		(306)	-
Créditos Tributários		(901)	(39)
Aumento/(redução) nos passivos			
Fornecedores		5.757	7
Salários e encargos sociais a pagar		1.185	20
Demais contas a pagar		1	(47)
		(2.006)	(4.620)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(752)	(2)
Caixa líquido aplicado nas Atividades Operacionais		(2.006)	(4.622)
Adiantamento para aquisição de direito de uso	11	(4.000)	(29)
Aquisição de ativo de contrato		(885)	-
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento		(4.885)	(29)
Terceiros			
Pagamento de arrendamentos mercantis		(1.697)	(47)
Acionistas			
Integralização de capital		-	48.211
Partes relacionadas		8.599	(43.536)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		6.902	4.675
Aumento líquido no saldo de caixa		11	24
Caixa e equivalente de caixa			
Composição de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24	-
Composição de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		35	24
Aumento líquido no saldo de caixa		11	24

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Luz de Belém SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, tem por objetivo exclusivamente, a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Belém Estado do Pará, bem como instituir processos para responsabilidade do consumo de energia de iluminação pública, nos termos da concorrência nº 005/2020, instruída pelo processo administrativo nº 8082/2019, que tem por objeto a outorga de Parceria Público Privada (“PPP”) na modalidade concessão administrativa (“Concessão Administrativa”). Constituída em 25 de fevereiro de 2021, tem sede e foro na avenida Dr. Freitas, nº 764, Bairro Pedreira, CEP 66.087-810, na cidade de Belém, estado do Pará. O contrato de concessão administrativa foi assinado em 22/03/2021 e terá prazo de 13 anos a contar da assinatura da ordem de serviço.

Foi impetrado mandado de segurança pela Proteres, 2º colocado no processo concorrencial, em desfavor da Conasa Infraestrutura, líder do consórcio vencedor da licitação integrado pela Companhia, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Belém/PA, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 8082/19 da concorrência pública nº 005/2020. No TJ/PA, o consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento.

Em 30/05/2022, foi publicada a sentença de mérito de improcedência da ação. Em 03/06/2022, a Conecta Belém, uma das impetrantes, ofereceu Embargos Declaratórios, que ainda estão pendentes de julgamento. A probabilidade de perda, segundo os advogados patrocinadores é remota, porém, ainda cabe recurso de Apelação para a 2ª Instância. Não há processo administrativo que verse sobre a concessão, conseqüentemente o risco é ínfimo.

A Comissão de Licitação e o Tribunal de Contas do Estado do Pará analisou todo o processo e a Administração entendeu que o pedido da Proteres era improcedente. A ordem de serviço do contrato de eficiência foi assinada em 11 de maio de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encerrou seu capital circulante líquido negativo em R\$ 9.243 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2021), como já era previsto neste período de contrato de manutenção, porém os acionistas vem apoiando neste primeiro ano de contrato para que cumpra o plano de negócio. Durante o exercício de 2022 a Administração conseguiu manter seus fornecedores em dia e cumpriu com as obrigações contratuais, dentro de um equilíbrio entre capital próprio e capital de terceiros. Com o início do ciclo de investimentos que iniciou em 1º de fevereiro de 2023, a Administração prevê que o fluxo de caixa operacional futuro será suficiente para a liquidação do passivo circulante.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do Covid-19. A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos do Covid-19 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1.1. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 11 de abril 2023.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Mesmo considerando que a Companhia foi constituída em 25 de fevereiro de 2021, as presentes demonstrações financeiras possuem informações comparativas.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

2.4.1. Ativos e passivos financeiros

2.4.1 Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

2.4.2 Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.3 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4.6 Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e aplicações compromissadas, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- **Ativo de contrato de concessão**

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato - TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de PPP - Parceria Público Privada (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

A parcela de remuneração do ativo de contrato de concessão deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

- **Perda no valor recuperável (impairment):** Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

- **Direito de uso e passivo de arrendamentos**

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.7. Passivo circulante e não circulante

- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada que disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receitas: A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

a) **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.9. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, ou parceria público privada, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo de contrato, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia

3. Mudanças em políticas contábeis

3.1. Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022

- Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) CPC 38 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não houve impactos na adoção das normas adotadas pela Companhia.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Não há outras normas do CPC ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Alteração ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26. As alterações do CPC 26 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Alteração ao CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao CPC 26 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor, assim como as descritas acima que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	35	4
Aplicações financeiras	-	20
	<u>35</u>	<u>24</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía aplicações financeiras.

5. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes a faturar - Prefeitura de Belém-PR	8.717	-
	<u>8.717</u>	<u>-</u>

Refere-se a serviços prestados à Prefeitura de Belém referente a manutenção no parque de iluminação pública da cidade de Belém-PR.

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
PIS a recuperar	138	1
COFINS a recuperar	635	-
IRRF a recuperar sobre serviços prestados	123	-
IRRF a recuperar sobre aplicação financeira	38	-
INSS a recuperar	6	38
	<u>940</u>	<u>39</u>

7. Ativo de contrato

O ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão. Posteriormente, o ativo de contrato é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (“TRAC”) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão. O ciclo de investimentos iniciará em 1º de fevereiro de 2023, porém ao final do exercício foram alocados os valores gastos com o georefenciamento do parque de iluminação pública da cidade de Belém-PR.

7.1. Movimentação do ativo de contrato de concessão

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	-	-
Adições (receita de construção)	885	-
Juros, atualização financeira	-	-
Recebimento através da CIP (*)	-	-
Saldo final	885	-
TRAC (**)	11,12%	-
Não circulante	885	-

(*) Contribuição de iluminação pública.

(**) Taxa de retorno do ativo de contrato.

7.2. Serviços de construção

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de construção	885	-
Custos de construção	(885)	-

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Não circulante		
Conasa Infraestrutura S.A	25.772	32.521
Ello Serviços Obras e Participações	9.165	11.015
Total de partes relacionadas	<u><u>34.937</u></u>	<u><u>43.536</u></u>

Em virtude do atraso na assinatura do contrato, bem como a não realização do início das obras, a Companhia decidiu por firmar contrato de mútuo com seus acionistas, os quais não serão cobrados juros remuneratórios e seu vencimento se dará em 31 de dezembro de 2024, momento em que se encerra o maior ciclo de investimentos do contrato de concessão.

9. Outros ativos circulantes e não circulantes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Despesas antecipadas (Seguro Garantia)	33	91
	<u>33</u>	<u>91</u>
Não circulante		
Despesas antecipadas (Projetos e estudos) (*)	-	3.597
	<u>-</u>	<u>3.597</u>

(*) O saldo de despesas antecipadas refere-se a estudos de viabilidade do projeto realizados pelo Caixa Econômica Federal, contratada pela prefeitura de Belém-PA e que seria de responsabilidade do vencedor da licitação, conforme previsto no edital. Essas despesas antecipadas com o pagamento do projeto serão amortizadas linearmente até o final do contrato de PPP. Em 31 de agosto de 2022 foi reclassificado para o intangível, período em que iniciou as obras de manutenção.

10. Imobilizado

	(% Taxa média de depreciação ao ano)	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	7	-	7	-
Móveis e utensílios	10	82	(3)	79	10
Computadores e periféricos	20	189	(17)	172	17
		<u>278</u>	<u>(20)</u>	<u>258</u>	<u>27</u>

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1. Movimentação

	31/12/2022			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Líquido
Imobilizado				
Máquinas e equipamentos	-	7	-	7
Móveis e utensílios	10	73	(4)	79
Computadores e periféricos	17	170	(15)	172
Total do imobilizado	<u>27</u>	<u>250</u>	<u>(19)</u>	<u>258</u>

	31/12/2021			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Líquido
Imobilizado				
Móveis e utensílios	-	10	-	10
Computadores e periféricos	-	19	(2)	17
Total do imobilizado	<u>-</u>	<u>29</u>	<u>(2)</u>	<u>27</u>

A Administração não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida no encerramento das demonstrações financeiras.

11. Intangível

	(%) Taxa média de amortização	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Software e redes	20	7	-	7	-
Projetos e estudos	20	3.564	(47)	3.517	-
		<u>3.571</u>	<u>(47)</u>	<u>3.524</u>	<u>-</u>

(*) O saldo de projetos e estudos refere-se a estudos de viabilidade do projeto realizados pelo Caixa Econômica Federal, contratada pela prefeitura de Belém-PA e que seria de responsabilidade do vencedor da licitação, conforme previsto no edital. Essas despesas antecipadas com o pagamento do projeto serão amortizadas linearmente até o final do contrato de PPP. Em 31 de agosto de 2022 foi reclassificado para o intangível, período em que iniciou as obras de manutenção.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Direito de uso

	amortizaçã o	31/12/2022			31/12/2021
		Direito de Uso	Amortização	Líquido	Líquido
Arrendamentos - Luminárias (a)	20,0%	36.933	(1.231)	35.702	-
Adiantamentos - Luminárias (a)	0,0%	4.000	-	4.000	-
Outros arrendamentos (b)	16,6%	1.501	(879)	622	765
		42.434	(2.110)	40.324	765

- a) Refere-se ao contrato de arrendamento mercantil realizado com a empresa Stylux do Brasil Sistemas de Iluminação e Energia S.A referente a luminárias para o parque de iluminação pública da cidade de Belém-PR. Conforme previsto em contrato foi realizado adiantamento na assinatura do contrato.
- b) Refere-se ao galpão comercial em Belém - PA com contrato que seria vigente até julho de 2026, porém foi entregue por motivo de terceirização de grande parte dos trabalhos com empreiteiro.

12.1. Movimentação

Direito de uso	2022				
	Saldo em 31/12/2021	Novos Contratos	Baixas	Amortização	Líquido
Arrendamentos - Luminárias (a)	-	36.933	-	(1.231)	35.702
Adiantamentos - Luminárias (a)	-	4.000	-	-	4.000
Outros arrendamentos mercantis	765	736	(858)	(21)	622
Total do Ativo Intangível	765	41.669	(858)	(1.252)	40.324

Direito de uso	2021				
	31/12/2020	Novos Contratos	Baixas	Amortização	Líquido
Outros arrendamentos mercantis	-	850	-	(85)	765
Total do Ativo Intangível	-	850	-	(85)	765

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Passivo de arrendamento

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Arrendamento - Luminárias (a)	12.291	-
Arrendamento - Galpão	53	154
	<u>12.344</u>	<u>154</u>
Passivo não circulante		
Arrendamento - Luminárias (a)	23.095	
Arrendamento - Galpão	577	694
	<u>23.672</u>	<u>694</u>
Total de passivo de arrendamentos	<u>36.016</u>	<u>848</u>

- a) Refere-se ao contrato de arrendamento mercantil realizado com a empresa Stylux do Brasil Sistemas de Iluminação e Energia S.A referente a luminárias para o parque de iluminação pública da cidade de Belém-PR. Conforme previsto em contrato foi realizado adiantamento na assinatura do contrato.

13.1. Movimentação:

	31/12/2022						
	Líquido em 31/12/2021	Novos Contratos	Juros apropriados	(-) Pagamento de principal	(-) Pagamento de juros	(-) Baixas	Líquido em 31/12/2022
Passivo de arrendamentos							
Arrendamento - Galpão antigo	848	-	169	(136)	(76)	(805)	-
Arrendamento - Luminárias	-	36.933	664	(1.547)	(664)	-	35.386
Arrendamento - Novo Galpão	-	644	12	(14)	(12)	-	630
Total do passivo de arrendamentos	<u>848</u>	<u>37.577</u>	<u>845</u>	<u>(1.697)</u>	<u>(752)</u>	<u>(805)</u>	<u>36.016</u>

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021				
	Adoção inicial	Juros apropriados	(-) Pagamento de principal	(-) Pagamento de juros	Líquido
Passivo de arrendamentos					
Arrendamento - Galpão	850	47	(47)	(2)	848
Total do passivo de arrendamentos	850	47	(47)	(2)	848

14. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	1.149	7
Fornecedores - Contratos a realizar	1.149	7
Partes relacionadas		
Urbeluz Energética S.A. (a)	1.009	-
Outros fornecedores		
Natanael Viana da Silva Ltda (b)	1.386	-
JF Comercio e Engenharia Ltda (b)	2.221	-
	4.616	-
Total de Fornecedores	5.765	7

(a) A Companhia firmou contrato com empreiteiro para realização da manutenção do parque de iluminação da cidade de Belém, conforme 1º termos aditivo de contrato com a Prefeitura.

(b) A Companhia firmou contrato de iluminação especial referente aos períodos festivos ao final de 2022 da cidade de Belém, conforme 2º e 3º termo aditivo de contrato.

15. Encargos tributários a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS a recolher	144	-
COFINS a recolher	662	-
ISS retido na fonte	140	-
INSS retido na fonte	43	-
	989	-

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências

16.1. Processos com probabilidade de perda provável e possível

A Companhia em 2021 não constituiu contingência. Em 2022 foram realizadas contingências de natureza tributária no valor de R\$ 70 com probabilidade de perda provável, os quais foram provisionados na demonstração de resultado deste exercício.

No encerramento do exercício de 2022, de acordo com a opinião dos advogados, não havia nenhum processo com probabilidade de perda possível.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 48.211, representado por 48.211.063 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizada, com valor nominal de R\$ 1.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Número de ações	Valor	%	Número de ações	Valor	%
Conasa Infraestrutura S.A.	36.158.297	36.158	75%	36.158.297	36.158	75%
Ello Serviços, Obras e Participações Ltda	12.052.766	12.053	25%	12.052.766	12.053	25%
	48.211.063	48.211	100%	48.211.063	48.211	100%

17.2. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia, obteve prejuízos acumulados no valor de R\$ 258 mantendo saldo de R\$ 1.235 de prejuízos acumulados.

18. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	18.380	-
Receita de Construção	885	-
Impostos e contribuições	(1.109)	-
	18.156	-

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo com materiais aplicados	(7.578)	(3)
Custo com pessoal	(978)	(120)
Custo com serviços de terceiros	(396)	(13)
Serviços de manutenção	(4.280)	
Custo de construção	(885)	-
Depreciação e amortização	(1.353)	(85)
	<u>(15.470)</u>	<u>(221)</u>

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com pessoal	(163)	(4)
Despesas om honorários consultorias	(986)	(488)
Impostos, taxas e contribuições	(30)	(23)
Despesas de informática	(160)	(54)
Viagens e estadias	(184)	(48)
Depreciação e amortização	(18)	(2)
Seguro garantia	(237)	-
Outras despesas	(259)	(261)
	<u>(2.037)</u>	<u>(880)</u>

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	1	163
	<u>1</u>	<u>163</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamentos	(749)	(47)
Tarifas bancárias	(2)	(2)
Outras despesas financeiras	(19)	-
	<u>(770)</u>	<u>(49)</u>
Resultado financeiro	<u><u>(769)</u></u>	<u><u>114</u></u>

22. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	(248)	(987)
Média ponderada de ações em circulação	48.211.063	48.211.063
Resultado por ações - básico - R\$	<u><u>(0,0051)</u></u>	<u><u>(0,0205)</u></u>

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de diluição.

23. Instrumentos financeiros

23.1 Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Os instrumentos financeiros se aproximam do valor justo no encerramento do período do saldo contábil, motivo este de estarem demonstrados abaixo somente o saldo contábil:

	Categoria	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	35	35	24	24
Partes relacionadas	Custo amortizado	34.937	34.937	43.536	43.536
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	5.765	5.765	7	7
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	36.016	36.016	848	848

23.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que não existe risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa por não ter passivos vinculados as taxas de juros no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Remuneração de diretores estatutários

Os diretores estatutários não receberam em 2022 nenhum valor a título de pró-labore pelos serviços prestados. Não há qualquer outro benefício concedido.

25. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

Serviços segurados	Vigência	Cobertura
Responsabilidade civil	02/2022 a 02/2023	15.000
Riscos especiais	02/2022 a 02/2023	5.725
Obras Cíveis em Construção e Instalação e Montagem	06/2021 a 06/2023	74.425
Total de cobertura		95.150

26. Eventos subsequentes

Após quase um ano de contrato de manutenção na cidade de Belém-PR, a Companhia iniciou o ciclo de investimentos em 1º de fevereiro de 2023.

Claudio Roberto de Leoni Ramos
Diretor Administrativo Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador – CRCPR-043806/O-1

* * *